

## **1. Informações gerais sobre o Grupo**

### **Controladas e Coligadas**

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG. Em maio de 2016 foi concluída a transferência da unidade de Gravataí/RS para o site de Araucaria/PR tendo em vista a crescente demanda nesta região. A unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME), foi descontinuada em setembro/2013, passando a empresa a utilizar o metanol adquirido de terceiros. Em novembro de 2016 foi efetivada a venda da unidade de metanol.

- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

- Apolo Tubulars S.A. (“Apolo Tubulars”) - sociedade anônima de capital fechado, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás. Em dezembro de 2017 a Apolo Tubulars recomprou 50% de suas ações pertencentes a US Steel, passando a Apolo Tubos a deter 100% do capital da Cia.

Com a recompra de ações é estimado que Grupo obtenha ganho de escala, redução de custos através de sinergias e diversificação e ampliação do seu mercado de atuação

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, e na produção de formaldeído e hexametilenotetramina.

### **Recuperação Judicial**

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. (“Recuperandas”) nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a prorrogação por 6 (seis) meses o prazo originalmente previsto no Plano de Recuperação Judicial, para a alienação da “UPI Terreno Benfica.

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As principais deliberações dos credores para a liquidação da dividas concursais foram:

Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos;

Classe II – 2 opções de pagamento.

Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI;

Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pelas variações da TR acrescida de juros de 1% a.a.

Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor, e após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

Classe III – 3 opções de pagamento.

Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.

Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.

Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Os impactos das opções estão detalhadas nas Notas Explicativas nº12 (Fornecedores) e nº13 (Empréstimos).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

É oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter readequado suas operações, realizando expansões no setor de maior demanda (resinas para indústria de madeira) e reduzindo sua estrutura no setor onde houve retração significativa da demanda em razão do cenário econômico adverso (setor de aço).

## **Operação Lava Jato – Apolo Tubulars S.A.**

### **Investigação Independente**

Em maio de 2016 foi dado cumprimento na sede da Companhia ao mandado de busca e apreensão expedido no âmbito de medidas cautelares requeridas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) no contexto da denominada “Operação Lava Jato”, que teve por objetivo apurar supostas irregularidades cometidas nos contratos celebrados com a Petrobras. O mandado de busca e apreensão cumprido na sede da Apolo foi expedido com o objetivo de obter evidências sobre pagamentos ilícitos efetuados a empresas envolvidas na “Operação Lava Jato.

Em novembro de 2016 a Administração da Companhia deliberou pela realização de investigação independente (“Investigação Independente”) com o objetivo de realizar ampla apuração da pertinência das alegações aduzidas na “Operação Lava Jato”. Em novembro/2016, a Administração aprovou a contratação da empresa de consultoria especializada para conduzir a Investigação Independente.

### **Metodologia da Investigação Independente**

A Investigação Independente seguiu a metodologia tradicionalmente utilizada para este tipo de trabalho. Dentro da metodologia estabelecida pela empresa de consultoria para a Investigação Independente, os assessores fixaram os seguintes escopos para a Investigação Independente: (i) os fatos relacionados à “Operação Lava Jato” (“Escopo 1”); (ii) os fatos informados pela Apolo à empresa de auditoria relacionados aos pagamentos realizados (“Escopo 2”); e (iii) os fatos relacionados aos investimentos realizados pela Apolo.

A análise dos documentos foi dividida em 3 (três) etapas

### **Conclusões da Investigação Independente**

Em abril de 2017, a empresa de consultoria realizou apresentação a Administração da Companhia das conclusões da Investigação Independente, quanto a cada um dos Escopos da Investigação Independente:

(i) Escopo 1: Não foram encontrados indícios que permitam concluir que as alegações relacionadas a “Operação Lava Jato” têm fundamento.

(ii) Escopo 2: Não foram encontrados indícios que permitam concluir que os pagamentos feitos a empresas relacionadas ao Sr. Julio Gerin de Almeida Camargo estariam relacionados a obtenção de vantagens junto à Petrobras.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, após receber as conclusões da investigação, acatou a recomendação da empresa de consultoria para apresentar o resultado para os auditores independentes da Companhia e para realizar a divulgação das conclusões desta investigação por meio das demonstrações contábeis.

### **Absolvição no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato"**

Os Srs. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares (Acionista Indireto) e Carlos Eduardo de Sá Baptista (ex-Diretor Presidente) foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da 30ª fase da "Operação Lava-Jato", mas em sentença proferida em 8 de março de 2017, nos autos da ação penal n.º 5030883-80.2016.4.04.7000/PR, pelo Juiz Sérgio Fernando Moro, titular da 13ª Vara Federal da Comarca de Curitiba, o Sr. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e o Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista foram absolvidos de todas as acusações a eles imputadas na referida denúncia.

Em 29 de maio de 2017, o MPF interpôs pedido de recurso de apelação apresentando fundamentações contrárias à decisão de absolvição do Acionista Indireto e Diretor Presidente da Companhia. Os representantes jurídicos dos mesmos apresentaram em 19 de junho de 2017 contrarrazões ao recurso de apelação do MPF.

Ambas contestações estão em análise pela 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e do Relator Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto.

## **2 Resumo das principais práticas contábeis**

### **2.1. . Base de preparação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de março de 2018.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2016.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 4);
- Provisão para perdas em estoques (Nota 5);
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 16);
- Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 13);
- Provisão para contingências (Nota 14);
- Análise do valor recuperável dos ativos (Nota 10);
- Avaliação de vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 10 e 11); e
- Receita com fornecimento de bens (Nota 19).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

### **2.3. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017**

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9 Financial instruments*, o *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16 Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Entidade no futuro.

A empresa vem estudando futuros impactos que possam ocorrer com a adesão dos IFRS abaixo:

#### **IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos.

#### **IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma.

#### **IFRS 16 - Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)**

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo

de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

#### **2.4. Informações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 9).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a companhia obteve o controle, e será consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

#### **2.5. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

#### **2.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## **2.7. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

## **2.8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD**

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

## **2.9. Estoques**

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas

gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

## **2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)**

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

## **2.11. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Vida Útil</b>
Imóveis	12 anos
Máquinas/instalações industriais	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.12. Ativos intangíveis com vida útil indefinida**

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **2.13. Capitalização de juros**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### **2.14. Avaliação do valor recuperável dos ativos**

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **2.15. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.16. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

## **2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos

somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## **2.19. Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## **2.20. Lucro (Prejuízo) líquido por ação**

Lucro (Prejuízo) líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da diluição do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não há diferença entre o cálculo de Prejuízo (Lucro) por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

## **2.21 – Combinação de Negócios**

Em 22 de dezembro de 2017 foi concluída a operação de aquisição das ações de emissão da Apolo Tubulars pertencentes à Lone Star Brazil Holdings 2 Ltda., pela própria Apolo Tubulars, com o cumprimento de todas as condições precedentes à conclusão da referida operação. A partir de dezembro/2017, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. – em recuperação

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

judicial, controlada da GPC Participações, passa a deter 100% do capital social da Apolo Tubulars, compondo as demonstrações consolidadas. O custo dessa operação foi de R\$ R\$ 39.984.

Os ativos e passivos da recompra de ações pela Apolo Tubulars podem ser assim demonstrados:

<b>Ativos</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Mais ou menos valia</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e equivalentes	28.726	-	28.726
Contas a receber de clientes	7.563	(104)	7.459
Estoques	12.913	(244)	12.669
Tributos a recuperar e diferidos	12.425	(1.042)	11.383
Outros créditos	2.381	(274)	2.107
Despesas antecipadas	143	-	143
Imobilizado	39.970	29.954	69.924
Intangível	-	93	93
	<b>104.121</b>	<b>28.383</b>	<b>132.504</b>
<b>Passivos</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Mais ou menos valia</b>	<b>Valor justo</b>
Fornecedores	626	-	626
Tributos e contribuições sociais	1.687	-	1.687
Salários e férias a pagar	2.855	-	2.855
Outras contas a pagar	623	-	623
Provisão para contingências	1.884	15.838	17.722
	<b>7.675</b>	<b>15.838</b>	<b>23.513</b>
Valor dos ativos recomprados	96.446	12.546	108.992
IR/CSLL diferidos		4.265	4.265
<b>Valor justo da participação transacionada</b>	<b>96.446</b>	<b>8.280</b>	<b>104.726</b>
Contrapartida			
Pagamento pelas ações adquiridas			37.500
Despesas relacionadas a recompra de ações			2.484
<b>Contraprestação pela recompra de ações</b>			<b>39.984</b>
<b>Compra vantajosa</b>			<b>64.742</b>
Efeito da recompra de ações apresentado no fluxo de caixa			<b>57.452</b>

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Caixa e Bancos</b>				
Caixa	2	2	35	11
Banco do Brasil	-	-	265	32
Banco Bradesco S/A	-	-	2	5
Banco Itau S/A	1	2	849	161
Banco Banrisul S/A	-	-	7	7
Banco Daycoval S/A	-	-	98	258
Banco BBM S/A	-	-	4	2
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	2	2
Caixa Econômica Federal	-	-	18	15
Banco Prosper (a)	-	-	16	13
Banco Safra S/A	-	-	49	69
Banco Santander	-	-	6	6
Banco Panamericano S/A	-	-	16	24
Lecca SFI S/A	-	-	36	148
Banco Wells Fargo	-	-	6.979	-
Outros	108	108	146	112
<b>Total de Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>111</b>	<b>112</b>	<b>8.528</b>	<b>865</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### 3.1 Aplicações financeiras

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Banco BBM	-	709
Banco Neon S/A	<b>1.248</b>	-
Banco Itau	<b>1.470</b>	-
Caixa Econ. Federal	<b>4.173</b>	-
Banco Bradesco	<b>3.637</b>	-
	<b>10.529</b>	709

### 3.2 Bancos contas vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições.

Com relação ao Banco Prosper (Solutio II) os recursos ficaram retidos quando da intervenção pelo Banco Central e transferidos para outras contas a receber na liquidação do banco.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Banco Pan	-	108
Banco Prosper	-	592
Banco Safra	-	23
	-	723

### 3.3 Outros ativos financeiros

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Instrumento financeiro ao valor justo por meio de resultado</b>		
Ativos Financeiros não derivativos mantidos para negociação	-	52
	-	52



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

A operação se configura em uma aplicação em renda fixa com retorno em CDI estruturada com opções sobre índice Bovespa, call e put com barreira, e swap de taxa fixa para CDI.

#### 4. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Cientes no exterior	<b>5.941</b>	1.737
Cientes no país	<b>86.020</b>	54.741
Outras Contas a Receber	-	3.989
<b>Factoring's</b>	<b>(27.320)</b>	<b>(17.350)</b>
Lecca SFI S.A.	<b>(1.207)</b>	-
Redfactor Factoring S.A.	<b>(7.667)</b>	(1.331)
Nova SRM Admin. Rec e Finanças S/A	<b>(1.474)</b>	-
KS Fomento Merc S/A	<b>(249)</b>	-
SMR Asset	<b>(1.441)</b>	-
Banco Daycoval	<b>(924)</b>	-
Banco Athena	<b>(5.672)</b>	(7.130)
Valor	<b>(1.336)</b>	(1.382)
Grupo Sifra	<b>(7.350)</b>	(6.531)
LS Interbank	-	(976)
Ajuste a valor presente	<b>(201)</b>	(221)
PECLD	<b>(10.735)</b>	<b>(8.544)</b>
	<b>53.705</b>	<b>34.352</b>

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto conforme tabela abaixo :

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
A vencer	<b>49.488</b>	32.467
Vencidas 1 a 30 dias	<b>3.788</b>	1.840
Vencidas 31 a 60 dias	<b>537</b>	227
Vencidas 61 a 90 dias	<b>162</b>	296
Vencidas a mais de 90 dias	<b>10.465</b>	8.066
	<b>64.440</b>	42.896
Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	<b>(10.735)</b>	<b>(8.544)</b>
	<b>53.705</b>	<b>34.352</b>

As Controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2016	8.544
( + ) Complemento de PECLD	2.869
( - ) Baixas ocorridas	(678)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>10.735</b>

## 5. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Matérias-primas e embalagens ( a )	15.968	10.424
Produtos em elaboração	9.441	3.129
Produtos acabados ( b )	18.174	8.262
Almoxarifado de manutenção e reposição	6.036	1.025
Importações em andamento	2.308	3.652
Estoque próprio em poder de terceiros	10.154	5.273
Estoque de terceiros ( c )	2.507	3.416
Catalisadores	441	828
Outros estoques	1.967	84
(-) Provisão p/perdas ( d )	(2.015)	-
	<b>64.981</b>	<b>36.093</b>

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais.

(d) Refere-se a provisão com perdas no estoque das empresas consolidadas.

## 6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PIS/COFINS	-	-	4.249	3.495
IPI	-	-	4.342	20
ICMS	-	-	3.997	1.654
IRPJ e CSLL	-	-	6.001	4.494
IRRF	2.362	2.864	8.858	6.589
OUTROS	30	30	2.640	2.605
	<b>2.392</b>	<b>2.894</b>	<b>30.087</b>	<b>18.857</b>
(-) Circulante	<b>2.362</b>	2.864	<b>28.593</b>	17.941
Não circulante	<b>30</b>	30	<b>1.494</b>	916

Os tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

## 7. Direitos a realizar

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	3.800	3.292
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	1.649
Créditos MC Kinley (c)	-	18.096
	<b>5.449</b>	<b>23.037</b>
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	3.800	9.877
Créditos a receber – Polwax (b)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.652	1.652
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (c)	60.744	53.856
	<b>69.336</b>	<b>68.525</b>
(-) Provisão para perdas (b)	<b>(2.170)</b>	<b>(2.170)</b>
	<b>67.166</b>	<b>66.355</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente pela GPC Química. Até 30 de setembro de 2017 foram recebidas sete parcelas referentes aos créditos da União Federal, sendo a última recebida em 16 de Março de 2017 no montante de R\$3.180, o saldo existente corresponde a três parcelas de R\$ 3.533 (duas parcelas no longo prazo e uma no curto prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a GPC Química recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564. Os saldos estão de acordo com documento expedido pelo Tribunal Federal da 1ª Região.
- (b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;
- (c) A GPC Química adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”) e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em setembro de 2014 a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia no crédito da McKinlay, no valor de R\$ 10.156, homologando as compensações efetuadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 (b).

A Administração da GPC Química, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

Em Novembro de 2017 a companhia recebeu a quantia de R\$ 19.315 referente ao crédito MC Kinlay.

## 8. Bens destinados a venda

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013 previa que o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.860, apresentado como bens destinados a venda no Ativo circulante, fosse destinado ao pagamento dos credores. O aditivo ao Plano aprovado em outubro de 2016 estabeleceu um fluxo de pagamento aos credores, em função disso, o valor do terreno foi reclassificado para o Ativo não circulante. No caso de ocorrer a venda o valor será ser revertido para pagamento do saldo do credor garantidor.

Em maio de 2016 foi realizada pela empresa Cushman&Waakefield nova avaliação de mercado, onde a conclusão para o valor dos imóveis para venda é de R\$ 240.882.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” uma provisão para perda na ordem de R\$ (171), os gastos com a venda do terreno na ordem de R\$ 384 e os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido é de R\$ 193.

<b>Composição dos Bens para Venda</b>	
<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	<b>Valor R\$ (mil)</b>
Terrenos	205.860
Gastos com venda terreno	384
	<b>206.244</b>
<b>Uberaba - MG</b>	
Caminhões	3.013
( - ) Fretes	(2.510)
	<b>503</b>
( - ) Provisão p/perdas	<b>(171)</b>
<b>Saldo final em 31/12/2017</b>	<b>206.576</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Participações em empresas controladas</b>	<b>147.205</b>	96.563	-	-
<b>Participações em empresas coligadas</b>				
Apolo Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	645	533
Metanor - Metanol do Nordeste	-	-	12.520	10.444
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	-	-	98	90
Apolo Tubulars	-	-	-	105.989
Outros investimentos	-	-	35	-
	<b>147.205</b>	96.563	<b>13.298</b>	117.056

### a) Mutações nos investimentos durante o exercício

	2017				
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Total
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>-</b>	<b>93.537</b>	<b>3.023</b>	<b>3</b>	<b>96.563</b>
Equivalência patrimonial (Resultado)	38.159	34.903	1.306	-	74.368
Passivo a descoberto Apolo Tubos (*)	(20.154)	-	-	-	(20.154)
Juros sobre capital próprio	-	(3.631)	-	-	(3.631)
Ajuste avaliação patrimonial	-	59	-	-	59
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>18.005</b>	<b>124.868</b>	<b>4.329</b>	<b>3</b>	<b>147.205</b>

### b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2017

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	21.581	1.888.829	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	32.032	137.556	27.700
Lucro (Prejuízo) do exercício	67.886	38.474	4.594
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	38.159	34.903	1.306

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de dezembro de 2017 foi concluída a operação de aquisição das ações de emissão da Apolo Tubulars conforme descrito na nota 2.21.

## 10. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos		-	-	6.098	5.233
Imóveis	2 a 8	290	290	58.290	26.519
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	318.608	166.359
Móveis e utensílios	10	189	189	3.534	2.727
Veículos	20	-	-	1.941	1.175
Computadores e periféricos	20	83	83	6.822	4.419
Imobilizações em andamento	-	-	-	13.328	20.986
Outros	-	-	-	564	555
		<b>562</b>	<b>562</b>	<b>409.185</b>	<b>227.973</b>
Depreciação acumulada		<b>(427)</b>	<b>(387)</b>	<b>(142.740)</b>	<b>(72.817)</b>
		<b>135</b>	<b>175</b>	<b>266.445</b>	<b>155.156</b>

  

CONTROLADORA				
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>562</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>562</b>
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>(152)</b>	<b>(156)</b>	<b>(79)</b>	<b>(387)</b>
Depreciação no Período	(28)	(9)	(3)	(40)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(180)</b>	<b>(165)</b>	<b>(82)</b>	<b>(427)</b>
Valor Líquido				
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>110</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>135</b>
Em 31 de dezembro 2016	138	33	4	175

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO									
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	26.519	166.359	2.727	1.175	4.419	555	5.233	20.986	227.973
Aquisições	5	971	47	192	142	35	-	3.399	4.791
Baixas	-	(23)	(2)	(43)	(2)	(26)	-	(907)	(1.003)
Transferências	46	9.984	(3)	-	318	-	-	(10.345)	-
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>26.570</b>	<b>177.291</b>	<b>2.769</b>	<b>1.324</b>	<b>4.877</b>	<b>564</b>	<b>5.233</b>	<b>13.133</b>	<b>231.762</b>
(+) Saldo da Apolo Tubular's em 31/12/2017 (*)	31.720	101.778	765	617	1.945	-	865	195	137.885
(+) Mais valia Apolo Tubular's	-	39.539	-	-	-	-	-	-	39.539
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>58.290</b>	<b>318.608</b>	<b>3.534</b>	<b>1.941</b>	<b>6.822</b>	<b>564</b>	<b>6.098</b>	<b>13.328</b>	<b>409.186</b>
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2016	(8.220)	(57.152)	(2.349)	(853)	(4.070)	(173)	-	-	(72.817)
Depreciação no Período	(1.058)	(10.116)	(64)	(77)	(181)	(5)	-	-	(11.501)
Juros s/obras em andamento	-	(324)	-	-	-	-	-	-	(324)
Baixas	-	1	1	41	-	-	-	-	43
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(9.278)</b>	<b>(67.591)</b>	<b>(2.412)</b>	<b>(889)</b>	<b>(4.251)</b>	<b>(178)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(84.599)</b>
(+) Saldo da Apolo Tubular's em 31/12/2017	(15.867)	(39.967)	(488)	(520)	(1.299)	-	-	-	(58.141)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(25.145)</b>	<b>(107.558)</b>	<b>(2.900)</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(5.550)</b>	<b>(178)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(142.740)</b>
<b>Valor Líquido</b>									
Em 31 de dezembro de 2017	33.145	211.050	634	532	1.272	386	6.098	13.328	266.445
Em 31 de dezembro 2016	18.299	109.207	378	322	349	382	5.233	20.986	155.156

A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicadores de impairment estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

Foram transferidos para o grupo de máquinas e equipamentos os projetos de ampliação da planta de Araucária e adequações ao meio ambiente em Araucária e Uberaba que haviam sido encerrados até o mês de Dezembro/17.

(\*) Saldo inicial da Apolo Tubulars considerado na consolidação com a Apolo Tubos.



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Intangível

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	<b>30.121</b>	30.121
Marcas e patentes	-	-	<b>259</b>	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	<b>936</b>	936
Outros	<b>1</b>	1	<b>239</b>	239
Amortização acumulada	-	-	<b>(30.745)</b>	(30.742)
	<b>1</b>	1	<b>810</b>	813

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

## 12. Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Fornecedores Concursais - Classe III</b>				
Opção A - Nacionais	-	227	-	24.247
Opção A - Estrangeiros	-	-	-	4.502
Opção B - Nacionais	-	-	<b>16.916</b>	12.447
<b>Fornecedores Extraconcursais</b>				
Nacionais	<b>103</b>	112	<b>15.475</b>	10.395
Estrangeiros	-	-	<b>2.923</b>	2.678
	<b>103</b>	339	<b>35.314</b>	54.269
Circulante	<b>103</b>	339	<b>19.275</b>	42.249
Não Circulante	-	-	<b>16.039</b>	12.020

Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial estão sendo pagos conforme as opções do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, descrito na nota explicativa nº1.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Em moeda nacional - <b>(Concursais)</b>	<b>31.180</b>	33.793	<b>84.696</b>	124.674
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 15% a.a. <b>(Extraconcursais)</b>	-	-	<b>18.749</b>	21.563
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial. <b>(Concursais)</b>	<b>28.356</b>	29.856	<b>28.356</b>	29.856
	<b>59.536</b>	63.649	<b>131.801</b>	176.092
Circulante	<b>3.798</b>	5.331	<b>38.613</b>	66.468
Não Circulante	<b>55.738</b>	58.318	<b>93.188</b>	109.624

#### Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em outubro de 2016 foi aprovado o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a tabela abaixo:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

<b>Em moeda Nacional (Concursais)</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b><u>Classe II</u></b>		
<b><u>Opção A</u></b>		
Blackwood Miruna Fundo de Investimentos	<b>13.438</b>	18.508
<b><u>Opção B</u></b>		
Banco HSBC	<b>17.565</b>	19.241
Caixa Economica Federal	<b>6.800</b>	7.449
Banco Banrisul	<b>6.214</b>	6.806
<b><u>Classe III</u></b>		
<b><u>Opção A</u></b>		
Inst. Geiprev de Seg. Social (CCB 104/10)	-	2.218
Banco Fibra	-	10.056
Banco Banrisul	-	7.107
Caixa Economica Federal	-	4.530
Redasset Factoring	-	448
Banco Indusval	-	2.252
Banco Intercape	-	448
Banco CR2	-	210
<b><u>Opção B</u></b>		
Postalis Inst. Seg. Social dos Correios (CCB's - 186/10 - 313/10 - 167/11)	<b>31.180</b>	31.575
Banco Cruzeiro do Sul	<b>2.280</b>	2.313
<b><u>Opção C</u></b>		
Banco HSBC	<b>2.217</b>	2.416
<b><u>Apoiadores</u></b>		
Banco Bic Banco	<b>601</b>	1.410
Banco Daycoval	<b>864</b>	1.257
Banco Safra	<b>599</b>	961
Banco Panamericano	<b>1.337</b>	2.585
Banco BBM	<b>1.286</b>	2.484
BTG Pactual	<b>315</b>	400
<b>Total</b>	<b>84.696</b>	124.674
<b><u>Em moeda Nacional (Extraconcursais)</u></b>	<b><u>31/12/2017</u></b>	<b><u>31/12/2016</u></b>
Banco Daycoval	<b>7.000</b>	8.987
Banco Panamericano	-	786
Banco BBM	-	592
Banco Safra	<b>87</b>	587
Athena Banco	<b>1.000</b>	1.100
Grupo Sifra	<b>3.237</b>	3.285
Lecca	<b>3.408</b>	1.477
LS Interbank	-	1.000
Banco Intercape	<b>212</b>	-
Outros	<b>3.805</b>	3.749
<b>Total</b>	<b>18.749</b>	21.563

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### **Empréstimos em Moeda Estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

<b>Em moeda Estrangeira (Concursais)</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b><u>Credor Garantidor</u></b>		
IFC	<b>28.356</b>	29.856
<b>Total</b>	<b>28.356</b>	29.856

### **FINIMP**

Em agosto de 2012, a GPC Química obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. O pagamento será feito respeitando-se a Classe e a opção do HSBC. Classe III opção C, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.217.

### **International Finance Corporation (“IFC”)**

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

<b>GPC Participações</b>	
Saldo em 31/12/2016	29.856
Pagamentos	(1.908)
Variação Cambial	408
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>28.356</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado						
	31/12/2016	Adições	31/12/2017	31/12/2016	Adições	Reversões	Reclas.	Saldo Tubulars Dez/17 ( ** )	31/12/2017	
Trabalhista e Previdenciário	55	-	55	2.361	-	-	(15)	3.863	6.209	
Previdenciário	-	-	-	317	-	-	-	-	317	
Pis	791	61	852	9.367	1.057	-	-	-	10.424	
Cofins	3.662	283	3.945	43.349	5.181	-	32	-	48.562	
Outros ( * )	1.589	-	1.589	20.402	464	(4.224)	(17)	22.978	39.603	
	6.097	344	6.441	75.796	6.702	(4.224)	-	26.841	105.115	

( \* ) Dentro da rubrica de outros estão registrados causas cíveis e honorários referentes ao Plano de Recuperação Judicial.

( \*\* ) Saldo consolidado da Apolo Tubulars Dez/17 – Ações trabalhistas da Tubulars a qual foi consolidada na Apolo Tubos em Dez/17 e a contingência sobre a mais valia dos ativos.

## Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das Demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Trabalhistas e Previdenciários	202	-	(42)	160	2.095	12	(48)	2.059
Pis	817	1	-	818	9.188	194	-	9.382
Cofins	3.814	9	-	3.823	42.554	1.194	2	43.750
Outros	-	-	-	-	4.430	1.792	(26)	6.196
Ativo não circulante	4.833	10	(42)	4.801	58.267	3.192	(72)	61.387

## Natureza dos casos

### Trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

### Processos tributários

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2017 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores foram depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 48.492 até 31 de dezembro de 2017.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

#### 14.1 – Passivos contingentes – Perda possível

<u>Natureza</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Perda Possível</u>
Trabalhista	4.688
Tributária	20.211
Cível	122.910
	<b>147.809</b>

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando a execução de multa por descumprimento contratual.

### 15. Impostos e taxas a recolher

#### 15.1 - Impostos parcelados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos parcelados				
INSS	227	291	227	291
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	227	291	227	291
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	34.525	38.034
REFIS (c)	-	-	24.489	28.239
REFIS IV ( b )	1.125	1.280	65.239	80.747
REFIS da COPA ( d )	1.070	985	46.286	67.984
REFIS da PRT ( f )	-	-	87.164	-
REFIS da PERT ( g )	114	-	34.268	-
ICMS Paraná Competitivo - Parcelamento (e)	-	-	12.738	5.860
Outros	-	-	2.032	308
( - ) Comp.Prej Fiscal/Base Negativa	(711)		(105.621)	-
	<b>1.825</b>	2.556	<b>201.347</b>	221.463
Circulante	576	458	49.849	37.264
Não Circulante	1.249	2.098	151.498	184.199

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ44.78 cujo saldo em dezembro de 2017 montam R\$31.724 e 2.802, respectivamente. O programa do Estado inclui dívidas de ICMS inscritas até 31/12/2013 e os pagamentos podem ser feitos até 120 parcelas. O parcelamento referente a unidade de Araucária/PR (GPC Química) no valor de R\$ 6.220 e cujo saldo em 31 de setembro de 2017 é de R\$ 4.647, foi renegociado conforme previsto na Lei 18.157/2014, sendo o débito parcelado em 120 parcelas. Em Agosto de 2016 a GPC Química efetuou novo parcelamento de ICMS que estava em aberto no site do Rio, foi nomeado de Refis Judicial e dividido em 180 parcelas, e seu saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$23.387. A empresa também possui parcelado dívidas de Icms no estado do Paraná, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$986 também em Agosto de 2016 foi concedido a GPC Química um Refis Judicial sobre débitos remanescentes de 2012, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.024.
- (b) Conforme mencionado na Nota 7 a Receita Federal homologou a compensação de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com parte do crédito cedido pela empresa MC Kinley.

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.168</b>	<b>67.669</b>	<b>6.184</b>	<b>75.020</b>
(+) Atualização selic ano 2016	152	8.601	412	9.165
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	(63)	(4.150)	(323)	(4.536)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	23	1.075	-	1.098
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>1.280</b>	<b>73.195</b>	<b>6.273</b>	<b>80.747</b>
(+) Atualização selic ano 2017	103	6.340	288	6.731
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	(39)	(5.487)	(178)	(5.704)
( - ) Transferencia Refis PRT	(219)	(6.062)	(5.423)	(11.704)
( - ) Transferencia Refis PERT	-	(4.436)	(396)	(4.832)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>1.125</b>	<b>63.550</b>	<b>564</b>	<b>65.239</b>

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2017:

	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>7.310</b>	<b>20.732</b>	<b>28.042</b>
(+) Atualização selic de Jan/16 a Dez/16	1.054	1.617	2.671
(-) Pagamento das parcelas de Jan/16 a Dez/16	-	(2.474)	(2.474)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>8.364</b>	<b>19.875</b>	<b>28.239</b>
(+) Atualização selic de Jan/17 a Dez/17	627	1.094	1.721
(-) Reversão selic conf Extrato RFB	(834)	-	(834)
(-) Pagamento das parcelas de Jan/17 a Dez/17	-	(2.652)	(2.652)
(-) Transferência para Pert	(1.985)	-	(1.985)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>6.172</b>	<b>18.317</b>	<b>24.489</b>

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2017:

	GPC Participações	GPC Química S.A.	Apolo Tubos S.A.	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>871</b>	<b>61.309</b>	<b>9.598</b>	<b>71.778</b>
(+) Atualização selic ano 2016	114	8.159	1.198	9.471
(-) Pagamento das parcelas ano 2016	-	(3.847)	(776)	(4.623)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	-	(229)	(229)
(+) Principal + Multa ref consolidação	-	-	668	668
(-) Pagamento antecipação	-	(8.364)	-	(8.364)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	-	(716)	-	(716)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>985</b>	<b>56.541</b>	<b>10.459</b>	<b>67.985</b>
(+) Atualização selic ano 2017	85	4.552	256	4.893
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	-	(2.715)	(211)	(2.926)
(-) Transferência Refis PRT	-	(13.162)	(10.504)	(23.666)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>1.070</b>	<b>45.216</b>	<b>-</b>	<b>46.286</b>

- (e) A controlada GPC Química transferiu parte de suas plantas de Resinas e Formol de Gravataí para Araucária, aumentando sua produtividade no estado do Paraná e com isto conseguiu um incentivo fiscal postergando para quatro anos o pagamento de 75% do ICMS incremental apurado no mês.
- (f) A Companhia e suas controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa de Regularização Tributária – PRT instituído pela MP 766/17, foram incluídos a dívida com tributos federais vencidos até 30/11/2016. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da Lei 12.865 e 12.996 foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos 24% em dinheiro divididos em 24 parcelas e o restante dos 76% com

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os valores oriundos da PGFN foram parcelados em 120 meses.

Segue o saldo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
( + ) Adesão a Refis PRT via Refis Copa	219	13.162	10.504	23.885
( + ) Adesão a Refis PRT via Refis IV	-	6.062	5.423	11.485
( + ) Adesão a Refis PRT	-	62.717	37.657	100.374
(+) Atualização selic ano 2017	23	1.198	620	1.841
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	(14)	(4.961)	(2.610)	(7.585)
( - ) Transferencia Refis PERT	(228)	(24.860)	(17.748)	(42.836)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>-</b>	<b>53.318</b>	<b>33.846</b>	<b>87.164</b>

- (g) As controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela MP 783/17. Parte dos débitos constantes do Parcelamento da MP 766/17 referente ao PRT foram transferidos para este programa. Os débitos oriundos da RFB, serão pagos em 5 parcelas a vista de no mínimo 20% do valor da dívida consolidada sem reduções e o saldo com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os débitos oriundos da PGFN serão pagos em 5 parcelas á vista no mínimo 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções e o restante parcelado em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% de juros e 40% das multas além de 25% dos encargos legais.

Segue o saldo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>GPC Part S.A</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
( + ) Adesão a Refis PERT via Refis PRT	228	24.860	17.748	42.836
( + ) Adesão a Refis PERT via Refis 11.941/2009	-	1.985	-	1.985
( + ) Adesão ao Refis PERT via Refis IV	-	4.436	-	4.436
( + ) Adesão ao Refis PERT	16	-	-	16
(+) Atualização selic ano 2017	1	515	10	526
(-) Pagamento das parcelas ano 2017	-	(1.943)	(1.344)	(3.287)
(+ / - ) Desconto Multa/Juros adesão PERT	(131)	(11.335)	(778)	(12.244)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>114</b>	<b>18.518</b>	<b>15.636</b>	<b>34.268</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## Impostos correntes

Abaixo posição dos impostos correntes da controladora e suas controladas, com posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	-	-	547	17.424
INSS	20	20	3.139	24.835
IPI	-	-	1.472	51.345
PIS	-	-	119	3.692
IRPJ/CSLL	-	-	1.939	-
ICMS	-	-	440	644
IRRF	120	73	816	343
OUTROS	1	-	603	884
	<b>141</b>	<b>93</b>	<b>9.075</b>	<b>99.167</b>

## 16. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

### 16.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais a compensar	45.800	-	360.134	274.881
Outras Provisões	-	-	(647)	22.912
Parcela não constituída	-	-	(30.075)	(129.834)
Base de cálculo	45.800		329.412	167.959
Alíquota	25%	25%	25%	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	11.450	-	82.353	41.990
Base negativa de contribuição social	45.800	-	408.633	327.129
Outras Provisões	-	-	(647)	22.912
Parcela não constituída	-	-	(30.075)	(129.834)
Base de cálculo	45.800		377.911	220.207
Alíquota	9%	9%	9%	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	4.122	-	34.012	19.819
Total dos créditos tributários (1) + (2)	15.572	-	116.365	61.809
( - ) Créditos utilizados para compensação de parcelamentos	(711)	-	(105.622)	-
( - ) Créditos cedidos a sua controlada GPC Química	(14.861)	-	-	-
	-	-	10.743	61.809

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. A Controladora e suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa sua utilização nos programas de parcelamento de tributos federais, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional.

Em 31 de dezembro de 2017 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2015	11.640	11.492
Após 2015	19.957	20.105
	<b>31.597</b>	<b>31.597</b>

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2018.

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	5.901
2018	2.059	6.248
2019	2.121	7.962
2020	4.686	16.975
Após 2020	1.877	-
	<b>10.743</b>	<b>61.809</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 16.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Contribuição social:				
Corrente	-	-	(1.768)	(247)
Diferida	4.111	-	12.413	227
	<b>4.111</b>	<b>-</b>	<b>10.645</b>	<b>(20)</b>
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	(4.597)	(663)
Diferido	11.461	-	34.008	632
	<b>11.461</b>	<b>-</b>	<b>29.411</b>	<b>(31)</b>

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social :

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	65.584	52.592	74.398	58.008
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	(22.299)	(17.881)	(25.295)	(19.723)
Equivalência patrimonial	25.285	18.638	6.125	227
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	3.663	-
Constituição/Reversão de provisões	(121)	(564)	(448)	23.977
Ganho (perda) Variação Cambial	(139)	-	(106)	(47)
Outros ajustes	(1.375)	-	(3.751)	(1.683)
Outras exclusões	4	4	20.715	(551)
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	14.217	(197)	39.153	(2.251)
Resultado no período	<b>15.572</b>	<b>-</b>	<b>40.056</b>	<b>(51)</b>

## 16.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

(diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b><u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social		
Atualização dos ativos	<b>25.082</b>	25.507
Variação cambial pelo regime de caixa	<b>(57)</b>	(45)
	<b>25.025</b>	25.462
Imposto de renda		
Atualização dos ativos	<b>69.667</b>	70.849
Variação cambial pelo regime de caixa	<b>(137)</b>	(104)
	<b>69.530</b>	70.745
<b>Total</b>	<b>94.555</b>	96.207

#### 16.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b><u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social	<b>25.025</b>	25.462
Imposto de renda	<b>69.530</b>	70.745
<b>Total (1)</b>	<b>94.555</b>	96.207
<b><u>2 - Impostos diferidos ativos</u></b>		
Contribuição social	<b>(2.820)</b>	(19.819)
Imposto de renda	<b>(7.923)</b>	(41.990)
<b>Total (2)</b>	<b>(10.743)</b>	(61.809)
<b>Impostos diferidos líquidos (1) + (2)</b>	<b>83.812</b>	34.398
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>83.812</b>	34.398

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

	Controladora									
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	-	-	33.850	13.696	-	32	-	-	-	1.568
GPC Química S/A (b)	3.086	-	-	-	-	-	20.645	26.092	(3.796)	(3.715)
Apolo Tubos e Equipos. S/A (c)	-	-	25.165	-	-	-	-	-	-	-
GPC Química S/A (c)	-	-	23.169	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.086</b>	<b>-</b>	<b>82.184</b>	<b>13.696</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>20.645</b>	<b>26.092</b>	<b>(3.796)</b>	<b>(2.147)</b>

a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contratos de mútuo com a controlada Apolo Tubos. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 31.000 com vencimento contra apresentação que corrigidos até 31 de dezembro de 2017 somam a importância de R\$ 33.850, conforme plano de recuperação judicial o valor não está sendo atualizado. Em 2017 o passivo a descoberto no valor de R\$ 20.154 foi reclassificado para a conta investimentos.

b) No ativo circulante refere-se ao valor de JSCP que foi declarado em dezembro de 2017, e no passivo não circulante, refere-se ao saldo de mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano, em dezembro de 2017 o valor do mútuo foi compensado com os créditos tributários cedidos pela Controladora no valor de R\$ 14.861.

c) Refere-se a dívida relacionada na Recuperação Judicial que foi paga com a conversão em ações da GPC Participações.

	Consolidado									
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Promega Com. Part. S/A (a)	-	-	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda (e)	-	-	2.198	2.092	-	-	-	-	9	9
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	-	-	342	260	5.760	5.918	82	-
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	3.342	3.342	21.582	21.582	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubulars S/A (d)	-	-	-	-	-	-	-	9.127	-	(468)
Outras	-	-	-	123	-	-	401	428	(27)	9
	<b>3.342</b>	<b>3.342</b>	<b>35.170</b>	<b>35.187</b>	<b>342</b>	<b>260</b>	<b>6.161</b>	<b>15.473</b>	<b>64</b>	<b>(450)</b>
(-) Provisão para perdas (a)	-	-	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	(3.342)	(3.342)	(21.582)	(21.582)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.198</b>	<b>2.215</b>	<b>342</b>	<b>260</b>	<b>6.161</b>	<b>15.473</b>	<b>64</b>	<b>(450)</b>

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) Os valores referem-se ao mútuo a receber pela GPC Química S.A. (R\$ 3.342); e ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S.A. na Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240. Foi reconhecido provisão para perdas na totalidade do valor, considerando a não expectativa de realização do mesmo.
- (c) Valor relativo à compra de metanol e compõe o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao Plano de Recuperação Judicial mencionado na nota 1 na opção B da Classe III.
- (d) O valor R\$ 6.674 em dezembro de 2016 refere-se a contratos de mútuo celebrados em 2010 e 2011 com a Apolo Tubos. Os valores foram listados na Classe III na Recuperação Judicial e estão sendo quitados conforme Opção B mencionada na nota 1.  
O valor de R\$ 2.453 em dezembro de 2016, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubulars a Apolo Tubos e serão liquidados conforme a Opção B.
- (e) O valor refere-se ao saldo em 31 de dezembro de 2017 do contrato de mútuo celebrado com a GPC Química no montante de R\$ 134 e com a Apolo Tubos na ordem de R\$ 2.064 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% a.a. contra R\$ 125 e R\$ 1.967, em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia prestou avais em favor da GPC Química cujo valor em 31 de dezembro de 2017 totalizava R\$ 27.518, sendo que deste valor R\$ 24.332 estão relacionados no Plano de Recuperação Judicial. Prestou, também, avais em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 24.425, dos quais R\$ 3.092 estão considerados na Recuperação Judicial.

## 18. Remuneração do pessoal-chave no exercício

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia para o período de 2017 foi de R\$ 1.060, conforme definida em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária. Neste período os pagamentos destinados a administração somaram um valor de R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2017 contra o valor de R\$ 718 no mesmo período de 2016.

<b>Honorários</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Diretoria	<b>682</b>	503
Conselho Administração	<b>363</b>	215
<b>Subtotal (Administração)</b>	<b>1.045</b>	718
Conselho Fiscal	<b>100</b>	88
	<b>1.145</b>	806

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores.

No ano de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-



GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

## **19. Patrimônio líquido**

### **19.1. Capital social**

Para cumprimento do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aprovado em outubro de 2016 a Companhia realizou em 15 de fevereiro de 2017 uma Assembleia Geral Extraordinária em que foram aprovados por unanimidade a proposta de aumento do capital social da Companhia em R\$ 55.432 com a emissão de 384.787 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 144,06 por ação. Deste valor, R\$ 13.748 contabilizado com capital social e R\$41.684 foi destinado a reserva de capital.

O valor do aumento de capital refere-se aos créditos que os credores da Classe III detém contra a Companhia, a GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos e que optaram pela conversão de seu crédito em ações preferenciais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 223.948 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2016), e está representado por 6.267.569 ações, sendo 5.882.782 ações ordinárias e 384.787 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

### **19.2. Dividendos**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2017.

### **19.3. Outros resultados abrangentes**

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial, os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis, correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

#### 19.4. Resultado por ação no exercício

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação no exercício :

<b>Apuração do resultado básico por ação</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Numerador		
Lucro do período atribuído aos acionistas da Companhia	<b>81.156</b>	52.592
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias e preferenciais	<b>6.267.569</b>	5.882.782
Resultado básico por ação	<b>12,9486</b>	8,9400

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existem diferenças entre o cálculo do Lucro (Prejuízo) por ação básica e diluída, em função de terem sido emitidas 384.787 ações preferencias.

#### 20. Receita líquida no exercício

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	<b>370.240</b>	340.029
Receita de vendas de compensados	<b>71.088</b>	59.961
Outras receita de vendas de diversos produtos	<b>25.677</b>	31.330
	<b>467.005</b>	431.320
<u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	<b>161.340</b>	148.230
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>628.345</b>	<b>579.550</b>
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	<b>(11.583)</b>	(15.801)
ICMS sobre vendas	<b>(56.680)</b>	(53.785)
PIS e COFINS sobre vendas	<b>(50.138)</b>	(47.510)
IPI sobre vendas	<b>(26.069)</b>	(24.569)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>483.875</b>	<b>437.885</b>

## 21. Despesas por natureza no exercício

<u>Classificação por natureza</u>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>CPV</b>	-	-	<b>(409.369)</b>	(345.562)
Custos Variáveis	-	-	<b>(342.302)</b>	(290.221)
Custos Fixos	-	-	<b>(56.040)</b>	(46.693)
Depreciação e Amortização	-	-	<b>(11.027)</b>	(8.648)
<b>Despesas com vendas</b>	-	-	<b>(33.658)</b>	(29.941)
Pessoal	-	-	<b>(5.961)</b>	(5.539)
Frete	-	-	<b>(19.278)</b>	(16.359)
Comissões	-	-	<b>(3.353)</b>	(3.282)
Outras	-	-	<b>(4.948)</b>	(4.761)
<b>Despesas Gerais e Adm</b>	<b>(2.990)</b>	(2.573)	<b>(36.490)</b>	(32.578)
Pessoal	<b>(278)</b>	(204)	<b>(12.505)</b>	(12.343)
Honorários	<b>(1.145)</b>	(806)	<b>(7.686)</b>	(5.244)
Depreciação e amortização	<b>(41)</b>	(45)	<b>(868)</b>	(924)
Outras	<b>(1.526)</b>	(1.518)	<b>(15.431)</b>	(14.067)
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>(5.133)</b>	730	<b>(32.580)</b>	(49.033)
<b>Outras receitas e despesas</b>	<b>(661)</b>	(384)	<b>95.520</b>	76.752
<b>Total</b>	<b>(8.784)</b>	(2.227)	<b>(416.577)</b>	(380.362)
<u>Classificação por função</u>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Custo dos produtos vendidos	-	-	<b>(409.369)</b>	(345.562)
Despesas com vendas	-	-	<b>(33.658)</b>	(29.941)
Despesas gerais e administrativas	<b>(2.990)</b>	(2.573)	<b>(36.490)</b>	(32.578)
Resultado financeiro líquido	<b>(5.133)</b>	730	<b>(32.580)</b>	(49.033)
Outras receitas e despesas operacionais	<b>(661)</b>	(384)	<b>95.520</b>	76.752
	<b>(8.784)</b>	(2.227)	<b>(416.577)</b>	(380.362)

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Resultado financeiro no exercício

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Despesas financeiras				
Juros	<b>(4.459)</b>	(5.686)	<b>(19.548)</b>	(31.987)
Variações monetárias passivas	<b>(215)</b>	(409)	<b>(22.335)</b>	(33.557)
Variações cambiais passivas	<b>(409)</b>	-	<b>(2.202)</b>	(1.886)
Outros	<b>(249)</b>	(199)	<b>(2.076)</b>	(3.910)
<b>Total despesa financeira:</b>	<b>(5.332)</b>	(6.294)	<b>(46.161)</b>	(71.340)
Receitas financeiras				
Juros	-	1.568	<b>1.090</b>	1.675
Variações monetárias ativas	-	338	<b>7.649</b>	7.041
Variações cambiais ativas	<b>197</b>	5.118	<b>1.272</b>	6.412
Outros	<b>2</b>	-	<b>3.570</b>	7.179
<b>Total receita financeira:</b>	<b>199</b>	7.024	<b>13.581</b>	22.307
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(5.133)</b>	730	<b>(32.580)</b>	(49.033)

## 23. Outras receitas (despesas) operacionais no exercício

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Credito presumido de ICMS ( c )	<b>7.523</b>	7.561
Ganho/Perda na alienação/baixa do imobilizado	<b>74</b>	19.508
Despesas indedutíveis	<b>(1.490)</b>	(481)
Recuperação de despesas	-	531
Pis e Cofins s/outras Receitas	<b>(5.989)</b>	(8.238)
ICMS Decreto 45.782/2016	<b>11.090</b>	2.562
Despesa com ociosidade ( a )	<b>(1.772)</b>	(1.811)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(136)</b>	(256)
Multa sobre impostos ( b )	<b>(1.899)</b>	(3.912)
Ganho Plano RJ	-	62.801
Provisão para perdas de Ativos	-	(3.689)
Despesa Aluguel Terreno	-	(1.271)
Reversão/Provisão para Contingências	<b>4.537</b>	(12.736)
Ganho/Perda Refis	-	(387)
ICMS FEEF - Fundo Estadual	<b>(902)</b>	-
Ganho venda terreno	-	15.249
Devolução taxa de aforamento 2013 a 2015 ( g )	<b>719</b>	-
Programa PRT (d)	<b>(1.110)</b>	-
Programa PERT (e)	<b>11.700</b>	-
Devolução Precatório - 1ª Vara CWB	<b>985</b>	-
Bonificações	<b>2.213</b>	-
Compra vantajosa - Apolo Tubulars ( f )	<b>73.049</b>	-
Honorários Plano RJ	<b>(4.224)</b>	-
Outras Líquidas	<b>1.152</b>	1.321
	<b>95.520</b>	76.752

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S.A. que se encontra desativada. (Nota explicativa nº 10)
- (b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso da Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (Nota explicativa nº 15)
- (c) A Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).
- (d) Valor refere-se ao complemento de provisão na GPC Participações na ordem de (R\$ 22) e na sua controlada GPC Química na ordem de (R\$ 1.088) para composição do saldo do programa PRT da RFB referente ao parcelamento de impostos. (Nota explicativa nº 15)
- (e) Valor refere-se a redução de multa e juros da GPC Participações na ordem de R\$ 103 e também de suas controladas GPC Química na ordem de R\$ 11.335 e Apolo Tubos na ordem de R\$ 262 para composição do saldo do programa PERT da RFB referente ao parcelamento de impostos. (Nota explicativa nº 15)
- (f) Compra vantajosa da Apolo Tubos em função da recompra das ações da Tubulars.

## **24. Benefícios a empregados - pós-emprego**

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária e atualmente a controlada só está recolhendo à taxa administrativa, cujo valor no período de 2017 foi de R\$ 32 , valor este semelhante ao do mesmo período de 2016. Não há passivos futuros a apropriar.

## **25. LAJIDA/EBITDA no exercício**

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro do exercício antes das participações minoritárias	<b>114.455</b>	57.957
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	<b>(40.056)</b>	51
(+) Despesas financeiras	<b>46.161</b>	71.340
(-) Receitas financeiras	<b>(13.581)</b>	(22.307)
(+) Depreciações e amortizações	<b>11.895</b>	9.572
<b>LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12</b>	<b>118.874</b>	116.613
(-) Equivalência patrimonial	<b>(7.123)</b>	(485)
<b>Outras Receitas/Despesas não recorrentes</b>		
(-) Ganho adequação novo Plano Recup.Judicial	-	(61.685)
(+) Multa sobre impostos	<b>1.900</b>	3.911
(+) Programas de parcelamentos ( PRT / PERT)	<b>(8.647)</b>	-
(+) Baixa Contas Patrimoniais	<b>970</b>	-
(-) Ajuste Líquido IPI não creditado	<b>(259)</b>	-
(+) Parcelamentos Ordin. RFB	<b>582</b>	-
(+) Parcelamentos PGERJ	<b>105</b>	-
(-) Ganho Precatório	<b>(772)</b>	-
(+) Honorários RJ	<b>1.325</b>	-
(+) Multa Transf propriedade (benficia)	<b>169</b>	-
(+) Diferença Precatório MC Kinlay	<b>176</b>	-
(+) Provisão para contingências ref Plano Recup Judicial	-	11.147
(+) Provisão perda de Ativos	-	3.689
(-) Ganho venda Terreno	-	(15.249)
(+) Despesa aluguel terreno	-	1.271
(+) Pis e Cofins s/JSCP	<b>555</b>	-
(-) Compra vantajosa pela Apolo Tubos ref a Apolo Tubulars	<b>(73.049)</b>	-
(-) Outros ajustes	<b>74</b>	(86)
<b>LAJIDA (EBITDA) ajustado</b>	<b>34.879</b>	45.379
<b>LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas</b>	<b>7,21%</b>	10,36%

## 26. Informações por segmento no exercício

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas na Nota explicativa nº 1.

As informações dos segmentos da Companhia no exercício estão incluídas na tabela a seguir:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017					31/12/2016				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	363.112	120.762	-	-	483.875	329.519	108.367	-	-	437.886
Lucro Bruto	69.474	5.032	-	-	74.506	77.054	15.269	-	-	92.323
Depreciação e Amortização	(9.233)	(2.622)	(41)	-	(11.895)	(8.213)	(1.314)	(45)	-	(9.572)
Lucro (Prejuízo) operacional	32.865	45.073	65.584	(69.124)	74.398	70.507	(2.723)	52.591	(62.368)	58.007
Resultado Financeiro	(10.084)	(21.301)	(5.132)	3.937	(32.579)	(20.596)	(29.166)	729	-	(49.033)
Prejuízo antes dos impostos	32.865	45.073	65.584	(69.124)	74.398	70.507	(2.723)	52.592	(62.368)	58.008
IR e CS	1.672	22.813	15.571	-	40.057	(102)	51	-	-	(51)
Participações	-	-	-	(33.299)	(33.299)	-	-	-	(5.365)	(5.365)
JSCP	3.937			(3.937)	0					
Lucro líquido do exercício	38.474	67.886	81.155	(106.360)	81.156	70.405	(2.672)	52.592	(67.733)	52.592
Ativo Circulante	78.295	104.658	5.750	(3.086)	185.617	290.862	32.404	2.981	(225)	326.023
Ativo não Circulante	521.918	176.401	239.010	(313.253)	624.076	358.150	171.895	115.298	(244.455)	400.889
Passivo Circulante	86.169	55.881	4.721	(3.086)	143.684	163.513	86.590	6.355	(225)	256.234
Passivo não Circulante	514.043	225.179	240.039	(313.253)	666.009	485.499	117.710	111.924	(244.455)	470.678

## 27. Cobertura de seguros (Não auditado)

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólice	Risco coberto	Prêmio Cobertura			
		31/12/2017		31/12/2016	
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	152	138.338	110	101.406
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	412	129.000	614	132.000
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	31	893	34	903
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	38	3.000	38	3.500
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	427	20.000	-	-
		1.060	291.231	796	237.809

## 28. Gestão de risco financeiro

### 28.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas

políticas é apresentada e avaliada por reuniões semanais onde pontos relevantes são discutidos.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

## **28.2. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

### **(a) Risco de mercado**

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

#### **(i) Risco cambial**

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$ 2.923, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

#### **(ii) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.



Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

#### **(b) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 4).

#### **(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

		Consolidado					
		31/12/2017					
		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		18.779	482	1.156	11.226	3.671	35.314
Empréstimos e financiamentos		22.577	11.296	49.151	15.727	33.050	131.801
Total		40.816	11.778	50.307	26.953	36.721	166.575

### 28.3. Gestão de capital

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$3,3622 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2017. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade de R\$3,2615 por US\$1,00 para 31 de dezembro de 2017.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2017	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
IFC	8.572	28.356	27.963	27.957
	8.572	28.356	27.963	27.957
Efeito no resultado			393	399
Taxas utilizadas		3,3080	3,2622	3,2615

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 31/12/2017	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
84.696	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	84.696	105.870	127.044	
18.749	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	18.749	23.436	28.124	

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Financiamentos	<b>59.536</b>	63.649	<b>131.801</b>	176.092
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	52
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>111</b>	112	<b>19.057</b>	1.574
Dívida Líquida	<b>59.425</b>	63.537	<b>112.744</b>	174.466
Patrimônio Líquido	<b>155.967</b>	19.319	<b>182.770</b>	13.188
Índice de Alavancagem Financeira	<b>0,38101</b>	3,28883	<b>0,61686</b>	13,22915

#### 28.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

#### Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

##### Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

#### Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

#### Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

#### Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

### **28.5. Instrumentos financeiros**

#### **28.5.1. Categorias**

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela companhia são classificados sob as seguintes categorias:

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Controladora						
Ativos Financeiros	31/12/2017			31/12/2016		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	111	-	111	112	-	112
Saldos a receber de partes relacionadas	82.184	-	82.184	13.696	-	13.696
	82.295	-	82.295	13.808	-	13.808

Consolidado						
Ativos Financeiros	31/12/2017			31/12/2016		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	19.057	-	19.057	1.574	-	1.574
Contas a receber	53.705	-	53.705	34.352	-	34.352
Bens e Direitos creditórios (Nota 7)	72.615	-	72.615	89.392	-	89.392
Saldos a receber de partes relacionadas	2.198	-	2.198	2.215	-	2.215
	147.575	-	147.575	127.533	-	127.533

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
 Notas explicativas às demonstrações contábeis  
 (Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

<b>Passivos Financeiros</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Fornecedores	<b>103</b>	339	<b>35.314</b>	54.269
Empréstimos e Financiamentos	<b>59.536</b>	63.649	<b>131.801</b>	176.092
Outras contas a pagar e parte relacionadas	<b>20.645</b>	26.124	<b>24.270</b>	22.817
	<b>80.284</b>	90.112	<b>191.385</b>	253.178

#### Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

#### **28.5.2. Mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)  
Notas explicativas às demonstrações contábeis  
(Em milhares de reais – R\$ - Exceto quando indicado de outra forma)

### **Composição do Conselho de Administração**

Presidente : Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares

Vice-Presidente : Luiz Fernando Cirne Lima

Membro do Conselho : Emilio Salgado Filho

Membro do Conselho : Pedro Grossi Junior

Membro do Conselho : João Paulo Jabour Brunet

### **Composição da Diretoria**

Presidente : Alcides Morales Filho

Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relação com Investidores : Emilio Salgado Filho

### **Gerente de Controladoria e Finanças**

George Abi-Rihan Cordeiro  
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20